

[Portal MP](#) [Intranet](#) [Agenda](#) [Fale Conosco](#)
[Acessibilidade](#) [A+](#) [A-](#) [A](#)

 Pesquisa: [Buscar](#)
CAO Cível[Apresentação](#)[Equipe](#)**Áreas de Atuação**[Família](#)[Sucessões](#)[Fundações e Organizações Sociais \(Terceiro Setor\)](#)[Interditos e Incapazes](#)[Registros Públicos](#)[Falências e Recuperação Judicial e Extrajudicial](#)[Direito Comercial e Processual Civil](#)**GT Agrário**[Legislação](#)[Jurisprudência](#)[Publicações](#)[PEAF](#)[Eventos](#)**Fórum de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos**[Legislação](#)[Imagens e Vídeos](#)[Cartilhas](#)[Instituições e órgãos membros](#)[Comissões Temáticas](#)[Jurisprudência](#)
[CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL](#) | Ministério Público, Governos e entidades formalizam Protocolo de Entendimentos


Ministério Público, Governos e entidades formalizam Protocolo de Entendimentos

 publicado em 10/07/2014 [Imprimir](#)


O próximo passo será a construção de um Termo de Cooperação Técnica (TCT).

Protocolo de Entendimentos formalizado, na quinta (3), em solenidade presidida pelo procurador-geral de Justiça, Marcos Antônio Ferreira das Neves, em Belém, consolidou as articulações técnico-institucionais entre os governos e entidades e fortaleceu a atuação dos gestores públicos, pesquisadores e técnicos da área agrária, fundiária e ambiental no Pará.



"Não se faz nada sozinho, e esse trabalho, é a prova maior disso. Por isso, quero agradecer a todos aqueles que de uma forma direta e indireta contribuíram para a consolidação desse Protocolo. Esse ato fortalece as relações institucionais em prol da sociedade", destacou na abertura da solenidade o procurador-geral Marcos das Neves.

Os pactos construídos, entre as organizações públicas e privadas visam ampliar a experiência do projeto piloto, para todo o território paraense e para o compartilhamento dos dados agrários, fundiários e ambientais.

Segundo a promotora de Justiça, Fábiana de Melo-Fournier que coordena o CAO Cível "esse é um trabalho que vai evoluir por etapas entre as várias instituições que trabalham com matéria agrária no Pará. Nesse primeiro momento é para marcar simbolicamente esse entendimento por meio desse Protocolo, e a partir daqui, construímos os elementos necessários para complementar o Termo de Cooperação Técnica e, posteriormente, formalizar esse documento".

Notícias

Promotoria de Justiça expede recomendação à Prefeitura de Belém

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse social, Falência...

publicado em 27/07/2015

10 números preocupantes do uso de agrotóxicos no Brasil

10 números preocupantes do uso de agrotóxicos no Brasil...

publicado em 22/06/2015

Uso de agrotóxicos no Brasil cresce mais de duas vezes e meia em dez anos

Uso de agrotóxicos no Brasil cresce mais de duas vezes e meia em dez anos...

publicado em 22/06/2015

IBGE faz raio X do desenvolvimento sustentável do país em 63 indicadores

IBGE faz raio X do desenvolvimento sustentável do país em 63 indicadores...

publicado em 22/06/2015

Eventos do mês



Ressaltou ainda em seu pronunciamento a grande articulação institucional data de 2012, e viabilizou, em 2013, "Projeto piloto do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias", com o objetivo de implementar banco de dados associado a um Sistema de Informação Geográfica para integrar informações fundiárias de terras públicas e privadas.

O gestor do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Carlos Alberto Ribeiro de Freitas fez uma abordagem histórica de todo o processo que resultou nesse grande trabalho envolvendo 20 instituições públicas e privadas.

Frisou que "esse protocolo antecede alguns fatos e que remetem aos primeiros contatos mantidos com a procuradora Maria da Graça Azevedo".

Recordou que nesse ínterim o Ministério do desenvolvimento Agrário lançou o Programa Terra Legal e que 80% desse programa estão voltados ao Pará.



Em seguida o contato foi retomado pela promotora de Justiça Sumaya Saad Morhy Pereira e surgiu a ideia de um acordo de cooperação técnica.

"Houve nesse período a transição do Censipam que saiu do âmbito da Casa Civil e em 2010 passou para o Ministério da Defesa (MD), governo Dilma", informou.

E por fim, citou o funcionando um projeto piloto de Sistema de integração de dados referente à área agrária e fundiária no nordeste paraense, envolvendo seis municípios.

E que "essa é uma experiência única no mundo, onde todas as instituições presentes são protagonistas", finalizou.



O secretário de estado de meio ambiente (Sema) José Alberto da Silva Colares abordou a questão sob a ótica política, disse: "Não basta termos um estado democrático. É fundamental que se tenha um estado de direito. Não adianta falar em justiça social se não falamos em geração de riqueza social;

Não dá pra falar no exercício do poder se não falamos no fortalecimento das instituições; se não falamos em integração, que é o que se está fazendo nesse momento", ressaltou Colares.

E finalizou: “como falar em secretária de meio ambiente em uma região com 30 milhões de hectares de Terras indígenas; de 42 milhões de hectares Unidades de conservação e de 33 milhões de hectares de áreas para agricultura e pecuária. É uma economia desafiadora”.

Leia [AQUI](#) o Protocolo de Entendimentos na íntegra.

Veja [AQUI](#) mais fotos do evento.

Texto – Edson Gillet
Fotos – Edyr Falcão

Rua João Diogo, n.º 100 66.015-160 | (91)4006-3510